



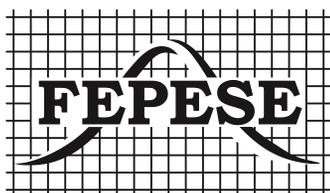
TCE/SC
Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Concurso Público (edital 004/2006)

Caderno de Prova

Prova 2

Auditor Fiscal do Tribunal de Contas
Engenharia Elétrica



Auditor Fiscal de Controle Externo Engenharia Elétrica

Dia: 8 de outubro de 2006 • Horário: das 14 h às 18 h

Duração: 4 (quatro) horas, incluído o tempo para o preenchimento do cartão-resposta.

Instruções

Para fazer a prova você usará:

- este **caderno de prova**;
- um **cartão-resposta** que contém o seu nome, número de inscrição e espaço para assinatura.

Confira o número que você obteve no ato da inscrição com o que está indicado no cartão-resposta.

Verifique, no caderno de prova:

- a) se faltam folhas, se a seqüência de questões, no total de 100 (cem), está correta;
- b) se há imperfeições gráficas que possam causar dúvidas.

Comunique imediatamente ao fiscal qualquer irregularidade.

- Não é permitido qualquer tipo de consulta durante a realização da prova.
- Para cada questão são apresentadas 5 (cinco) alternativas diferentes de respostas (a, b, c, d, e). Apenas uma delas constitui a resposta correta em relação ao enunciado da questão.
- A interpretação das questões é parte integrante da prova, não sendo permitidas perguntas aos fiscais.
- Não destaque folhas da prova.

Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o caderno de prova completo e o cartão-resposta devidamente preenchido e assinado.

O gabarito da prova será divulgado até 4 (quatro) horas após a constatação do efetivo encerramento da sua realização, no site:

- <http://tce.fepese.ufsc.br>

Conhecimentos Gerais

(40 questões)

Língua Portuguesa

(6 questões)

Texto

¹ “O Brasil formou-se, despreocupados os seus coloniza-
² dores da unidade ou pureza de raça. Durante quase
³ todo o século XVI a **colônia** esteve escancarada a
⁴ estrangeiros, só importando **às autoridades** coloniais
⁵ que fossem de fé ou religião Católica. Handermann
⁶ notou que para ser admitido como colono do Brasil
⁷ no século XVI a principal exigência era professar a
⁸ religião cristã: “somente cristãos” – e em Portugal isso
⁹ queria dizer Católicos – “podiam adquirir **sesmarias**”.
¹⁰ “Ainda não se opunha todavia”, continua o historiador
¹¹ alemão, “restrição alguma no que diz respeito à nacio-
¹² nalidade: assim é que Católicos estrangeiros podiam
¹³ emigrar para o Brasil e aí estabelecer-se [...]. Oliveira
¹⁴ Lima salienta que no século XVI Portugal tolerava
¹⁵ em suas possessões muitos estrangeiros, não sendo
¹⁶ a política portuguesa de colonização e povoamento
¹⁷ a de “rigoroso exclusivismo posteriormente adotado
¹⁸ pela Espanha”.

¹⁹ [...]

²⁰ Temia-se no adventício acatólico o inimigo político
²¹ capaz de quebrar ou de enfraquecer aquela solida-
²² riedade **que** em Portugal se desenvolvera junto com
²³ a religião Católica. Essa solidariedade manteve-se
²⁴ entre nós esplendidamente através de toda a nossa
²⁵ formação colonial, reunindo-**nos** contra os calvinistas
²⁶ franceses, contra os reformados holandeses, contra
²⁷ os protestantes ingleses. Daí ser tão difícil, na verdade,
²⁸ separar o brasileiro do Católico: o Catolicismo foi real-
²⁹ mente o cimento da nossa unidade.”

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. 1º tomo. 13 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1966, p. 38-39.

1. De acordo com o texto, assinale a alternativa **correta**.

- a. () Durante quase todo o século XVI, para ser aceito como colono no Brasil o indivíduo precisava ser católico e português.
- b. () Durante quase todo o século XVI estrangeiros eram admitidos como colonos no Brasil, sem qualquer tipo de restrição.
- c. () A política portuguesa de colonização e povoamento no século XVI foi a mesma adotada pela Espanha posteriormente.
- d. () Estrangeiros, apesar de católicos, não podiam estabelecer-se no Brasil colônia.
- e. (X) Durante quase todo o século XVI, o principal requisito para ser aceito como colono no Brasil era ser católico.

2. Com base no texto, assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) A rejeição de forasteiros ou colonos não católicos tinha um cunho político.
- b. () Durante toda a formação brasileira existiu uma solidariedade proveniente da unidade étnica dos colonos que para cá vieram.
- c. () Em Portugal, a solidariedade existente na sociedade desenvolveu-se graças à união das religiões cristãs, inclusive a hebraica.
- d. () Os colonos portugueses uniram-se aos calvinistas franceses, aos reformados holandeses e aos protestantes ingleses.
- e. () Os calvinistas franceses, os reformados holandeses e os protestantes ingleses uniram-se contra os colonos de origem lusitana.

3. Escreva **V** para verdadeiro e **F** para falso, conforme o texto.

- () O vocábulo **colônia** (linha 3) refere-se ao Brasil, evitando a repetição do nome do país por motivos estilísticos.
- () A expressão **às autoridades** (linha 4) tem a função de objeto direto de “importando”.
- () O vocábulo **sesmarias** (linha 9) exerce a função de objeto direto de “adquirir”.
- () O vocábulo **que**, no segundo parágrafo do texto (linha 22), é pronome relativo e refere-se ao vocábulo “sociedade”.
- () O vocábulo **nos**, no segundo parágrafo do texto (linha 25), é pronome pessoal oblíquo e poderia ser substituído pelo pronome “se”, sem prejuízo da correção lingüística.

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

- a. () V, V, V, F, V
- b. () V, V, F, F, V
- c. (X) V, F, V, V, F
- d. () V, F, F, V, F
- e. () F, F, V, F, V

4. Escreva **V** para verdadeiro e **F** para falso, conforme o texto.

- () O termo “despreocupados”, na primeira linha, refere-se a “colonizadores”.
- () A expressão “e em Portugal isso queria dizer Católicos” (linhas 8 e 9) poderia vir entre parênteses ao invés de travessões, sem prejuízo gramatical ou de sentido.
- () Oliveira Lima foi um historiador alemão.
- () Os vocábulos “fé” e “ai” são acentuados devido à mesma regra de acentuação tônica.

A seqüência **correta**, de cima para baixo, é:

- a. () V, V, F, V
- b. (X) V, V, F, F
- c. () V, F, F, V
- d. () F, V, V, F
- e. () F, V, F, V

5. Leia atentamente as proposições abaixo:

- I. O _____, por ser de caráter público, só pode ser expedido por órgão público.
- II. O _____ é um veículo de solicitação a uma autoridade do Serviço Público, sob o amparo da lei.
- III. Vossa Senhoria já deve ter sido _____ quanto ao prazo para pagamento (dirigindo-se a um freguês).
- IV. Tu te _____ à declaração?
- V. As moças vestiam roupas _____.

Assinale a opção que preencha, de forma seqüencial e **correta**, as lacunas.

- a. () requerimento – ofício – avisada – opuseste – cinza
- b. () ofício – requerimento – avisado – oposte – cinza
- c. () requerimento – ofício – avisada – oposte – cinzas
- d. (X) ofício – requerimento – avisado – opuseste – cinza
- e. () ofício – requerimento – avisada – opuseste – cinzas

6. Considere as afirmativas abaixo, com base no texto.

- I. A expressão “restrição alguma” (linha 11) constituiu-se em objeto direto do verbo **opor**, conjugado no pretérito imperfeito do modo indicativo.
- II. O sujeito de “fossem” (linha 5) é o vocábulo “autoridades”.
- III. A frase “Daí ser tão difícil, na verdade, separar...” (linhas 27 e 28) poderia ser substituída, sem prejuízo gramatical ou de sentido, por “Por isso é tão difícil, na verdade, separar...”.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. () Somente a afirmativa I está correta.
- b. () Somente a afirmativa III está correta.
- c. (X) Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- d. () Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- e. () As afirmativas I, II e III estão corretas.

Realidade Socioeconômica de Santa Catarina

(17 questões)

7. Examine as afirmações abaixo:

1. O processo de degradação dos recursos hídricos em Santa Catarina vem se desenvolvendo de forma alarmante na região Sul, no Norte e no Meio-Oeste do Estado.
2. No sul do Estado, em algumas áreas, a mineração do carvão é a principal responsável pela poluição das águas.
3. No norte do Estado, na bacia hidrográfica do Rio do Peixe, a degradação ambiental é motivada pelas indústrias, principalmente as de celulose e papel.
4. No Meio-Oeste, as indústrias de galvanoplásticos lançam às águas do Rio Cachoeira grandes quantidades de metais pesados, principalmente chumbo e mercúrio. Esta situação se agrava com o lançamento, nos demais rios da região, de agrotóxicos e fertilizantes.

Assinale a alternativa que indica a(s) afirmação(ões) **correta(s)**.

- a. (X) Estão corretas apenas as afirmações 1 e 2.
- b. () Estão corretas apenas as afirmações 1 e 4.
- c. () Estão corretas apenas as afirmações 2 e 3.
- d. () Estão corretas apenas as afirmações 2 e 4.
- e. () Estão corretas as afirmações 1, 2, e 4.

8. Na região sul do Brasil, as condições de tempo dependem da atuação da Massa Tropical Atlântica (MTA) e da Massa Polar Atlântica (MPA). Assinale a alternativa **correta** em relação a MTA e MPA.

- a. () A MTA atua unicamente no outono e no inverno.
- b. () A MPA atua unicamente na primavera e no verão.
- c. () A MPA caracteriza-se pelos ventos do quadrante norte e apresenta-se com elevadas temperaturas e forte umidade.
- d. (X) A MTA atua durante o ano inteiro, destacando-se na primavera e no verão.
- e. () A MTA caracteriza-se pelos ventos do quadrante sul e por temperaturas baixas.

9. É uma cultura nativa que teve expressivo significado para a economia catarinense na virada dos séculos XIX e XX, mas cuja produção extrativista vem se reduzindo nos últimos anos. Os principais municípios produtores estão na região norte: Canoinhas, Itaiópolis, Irineópolis e Major Vieira.

Assinale a alternativa que indica a cultura nativa a que se refere o texto.

- a. () Maricultura.
- b. (X) Erva-mate.
- c. () Carnaúba.
- d. () Castanha.
- e. () Carcinicultura.

10. Assinale a alternativa **correta**.

- a. () A instalação solene do TCE/SC ocorreu no início do governo Aderbal Ramos da Silva, em 1956. Os membros do TCE eram chamados Ministros, depois Juizes, novamente Ministros e, finalmente, Conselheiros que é a atual designação.
- b. () A instalação solene do TCE/SC ocorreu no início do governo Jorge Bornhausen. Os membros do TCE eram chamados Juizes, depois Ministros e, finalmente, Conselheiros que é a atual designação.
- c. () A instalação solene do TCE/SC ocorreu no início do governo Colombo Machado Salles. Os membros do TCE eram chamados Conselheiros como hoje em dia, mas em alguns períodos foram denominados Juizes e depois Ministros.
- d. () A instalação solene do TCE/SC ocorreu no início do governo Ivo Silveira. Os membros do TCE, quando do seu início, eram chamados Juizes. Passados alguns anos ficaram conhecidos como Ministros. Atualmente são designados por Conselheiros.
- e. (X) A instalação solene do TCE/SC ocorreu no início do governo Jorge Lacerda, em 1956. Os membros do TCE eram chamados Ministros, depois Juizes, novamente Ministros e, finalmente, Conselheiros que é a atual designação.

11. Examine as afirmações abaixo:

1. O Poder Executivo é exercido pelo Governador do Estado que é auxiliado pelos Secretários de Estado.
2. A administração divide-se em direta e indireta. A administração direta é composta pelos órgãos integrantes da estrutura organizacional administrativa do Gabinete do Governador do Estado, do Gabinete do Vice-Governador e das Secretarias de Estado.
3. A administração indireta é constituída pelas autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações públicas.

Assinale a alternativa que indica a(s) afirmação(ões) **correta(s)**.

- a. 1, 2, 3.
 - b. Somente 1 e 3.
 - c. Somente 2 e 3.
 - d. Somente a afirmativa 1.
 - e. Somente a afirmativa 2.
-

12. Assinale a alternativa **correta**.

- a. Assembléia Legislativa e Câmara de Vereadores e Senado.
- b. Assembléia Legislativa e Câmara de Deputados.
- c. Assembléia Legislativa e Senado.
- d. Assembléia Legislativa.
- e. Congresso Estadual.

13. Assinale a alternativa **verdadeira**.

- a. O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de 33 Desembargadores, nomeados unicamente dentre os magistrados de carreira, nos termos da Constituição do Estado.
- b. O Tribunal de Justiça, com sede e jurisdição limitada à Capital, compõe-se, no máximo, de dezessete Desembargadores, nomeados dentre os magistrados de carreira, desde que não sejam membros do Ministério Público ou advogados, nos termos da Constituição do Estado.
- c. O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de, no máximo, sete Desembargadores, nomeados dentre os membros do Ministério Público e advogados, desde que não sejam magistrados de carreira, nos termos da Constituição do Estado.
- d. O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado, compõe-se de, no máximo, sete Desembargadores, nomeados dentre as pessoas de notório saber, desde que tenham concluído curso superior de qualquer natureza.
- e. O Tribunal de Justiça, com sede na Capital e jurisdição em todo o território do Estado de Santa Catarina, é composto por Desembargadores, nomeados dentre os magistrados de carreira, advogados e membros do Ministério Público.

14. Assinale a alternativa **verdadeira** nas suas referências aos primeiros visitantes europeus ao território de Santa Catarina:

- a. () Foram elementos trazidos pela expedição de Martim Afonso de Souza quando aportou em Santa Catarina. Pero Lopes de Souza, seu irmão, ajudado pelos indígenas, fez uma longa incursão para o interior, atingindo a região onde hoje se situa o Paraguai.
- b. () Foram elementos vindos das Ilhas de São Miguel e Terceira, a mando de Juan de La Casa. Um deles, João de Castela, comandou uma expedição formada por índios e escravos que atingiu as “Minas de Potosi”.
- c. (X) Foram elementos naufragos e desertores. Um deles, chamado Aleixo Garcia, segundo alguns autores, ajudado pelos indígenas, fez uma longa incursão para o interior, atingindo a região onde hoje se situa o Paraguai.
- d. () Foram cristãos novos fugindo ao Édito de Expulsão decretado por D. Manuel, Rei de Portugal, em 1506. Um deles, João de Castela, comandou uma expedição, da qual participavam índios e escravos, que atingiu as “Minas de Potosi”.
- e. () Foram alemães que buscavam no novo mundo as condições econômicas e a liberdade de que não mais dispunham em território europeu, bem como realizar quimeras como a busca da fonte da eterna juventude.

15. Leia:

“O efetivo povoamento do litoral catarinense tem início com a fundação da povoação, então denominada, onde se estabeleceu Manoel Lourenço de Andrade”.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** a afirmação.

- a. () Nossa Senhora do Desterro
- b. () Santo Antonio dos Anjos da Laguna
- c. () Santo Amaro da Purificação
- d. () São Pedro de Alcântara
- e. (X) Nossa Senhora da Graça do Rio de São Francisco

16. Assinale a alternativa **verdadeira**.

- a. () O norte catarinense, primeiro grande passo para a expansão da área geográfica catarinense, começou a ser povoado a partir da passagem das tropas paulistas. Foram os tropeiros gaúchos que lançaram as bases do povoamento.
- b. (X) O planalto catarinense, primeiro grande passo para a expansão da área geográfica catarinense, começou a ser povoado a partir da passagem das tropas paulistas. Foram os tropeiros que lançaram as bases do povoamento.
- c. () A região dos Vales, primeiro grande passo para a expansão da área geográfica catarinense, começou a ser povoada a partir da passagem das tropas gaúchas. Foram os tropeiros que lançaram as bases do povoamento.
- d. () O sul catarinense, primeiro grande passo para a expansão da área geográfica catarinense, começou a ser povoado a partir da passagem das tropas paranaenses. Foram os tropeiros que lançaram as bases do povoamento.
- e. () O oeste catarinense, primeiro grande passo para a expansão da área geográfica catarinense, começou a ser povoado a partir da passagem das tropas paulistas. Foram aqueles tropeiros que lançaram as bases do povoamento.

17. As freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa, São Miguel da Terra Firme, Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito e Nossa Senhora das Necessidades surgiram no século XVIII. Identifique, entre as alternativas abaixo, a que indica **corretamente** os colonos que foram estabelecidos nestas localidades.

- a. (X) Açorianos
- b. () Caboverdianos
- c. () Vicentistas
- d. () Paulistas
- e. () Pomeranos

18. Em fevereiro de 1777, uma força naval espanhola chegou à enseada de Canasvieiras e dali invadiu a Ilha de Santa Catarina, ocupando-a.

Assinale a alternativa que indica as condições pelas quais a Ilha de Santa Catarina foi devolvida a Portugal.

- a. () A restituição da Ilha de Santa Catarina aos portugueses ocorreu em outubro de 1777, por força das cláusulas do Tratado de Santo Ildefonso, assinado naquele ano, com o compromisso do governo português de autorizar a permanência na ilha de uma base naval espanhola.
- b. () A restituição da Ilha de Santa Catarina aos portugueses ocorreu em 1778, por força das cláusulas do Tratado Madri, assinado naquele ano.
- c. () A restituição da Ilha de Santa Catarina aos portugueses ocorreu no final de 1777, por força das cláusulas do Tratado de Utrecht, com o compromisso português de não utilizar a Ilha de Santa Catarina para fins militares.
- d. (X) A restituição da Ilha de Santa Catarina aos portugueses ocorreu após a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, através do qual a Espanha concordou em devolver a Ilha de Santa Catarina a Portugal.
- e. () A restituição da Ilha de Santa Catarina aos portugueses ocorreu em 1778, por força das cláusulas do Tratado de Valadolid. O rei de Portugal, D. José I, concordou em fazer concessões territoriais à Espanha, cedendo-lhe o antigo território dos Sete Povos das Missões.

19. Examine as afirmações abaixo relacionadas aos italianos em Santa Catarina.

- 1. Más condições de vida, povo empobrecido e terras de propriedade de uma minoria foram alguns dos fatores responsáveis pela vinda dos italianos para Santa Catarina, no século XIX.
- 2. No século XIX, os italianos localizaram-se unicamente na Ilha de Santa Catarina e litoral, do atual município de Itapema até a enseada de Garoupaba. Só no século XX se dispersaram por todo o espaço catarinense.
- 3. Em algumas cidades catarinenses, como Tubarão, Urussanga, Criciúma e Araranguá, existe um expressivo número de descendentes de italianos.

Assinale a alternativa que indica a(s) afirmação (ões) **correta(s)**.

- a. () Apenas a afirmativa 1.
- b. () Apenas 1 e 2.
- c. (X) Apenas 1 e 3.
- d. () Apenas 2 e 3.
- e. () 1-2-3.

20. Assinale a alternativa **verdadeira** nas suas referências aos primeiros habitantes europeus da cidade de Joinville.

- a. () Os primeiros habitantes europeus de Joinville vieram de Trento, na Itália.
- b. (X) Os primeiros habitantes europeus de Joinville vieram de Hamburgo, a bordo da barca Colon.
- c. () Os primeiros habitantes europeus de Joinville vieram de Blumenau. Eram alemães que fugiam aos ataques dos índios àquela colônia.
- d. () Os primeiros habitantes europeus de Joinville foram colonos procedentes da Ilha Terceira, no Arquipélago dos Açores.
- e. () Os primeiros habitantes europeus de Joinville foram refugiados da colônia de São Pedro de Alcântara que, autorizados pelo Príncipe de Joinville, fundaram a Sociedade Colonizadora de Hamburgo.

21. O marechal Manoel Almeida da Gama Lobo Coelho D'Eça, barão de Batovi, nasceu na cidade do Desterro e fez uma brilhante carreira no Exército. Nos seus últimos anos de vida acabou sendo envolvido nos acontecimentos ocorridos no Desterro, em 1893, e, como outros catarinenses, foi sumariamente fuzilado em 25 de abril de 1894.

Identifique, assinalando a resposta **correta**, o fato histórico que pode ser relacionado aos eventos relatados no texto.

- a. () Golpe da Maioridade.
- b. () Revolução Farroupilha.
- c. (X) Revolução Federalista.
- d. () Revolução Constitucionalista.
- e. () Guerra do Contestado.

22. Taquaraçu, Caraguatá, Bom Sossego, Caçador, Santa Maria, São Miguel e São Pedro foram redutos caboclos surgidos durante uma longa e sangrenta luta armada, ocorrida em Santa Catarina no início do século XX.

Assinale a alternativa que identifica **corretamente** esse conflito.

- a. () Revolução Federalista.
- b. () Revolta dos Muckers.
- c. () Revolta dos Maragatos.
- d. () Guerra dos Farrapos.
- e. (X) Guerra do Contestado.

23. Analise as afirmações abaixo, relacionadas aos efeitos da globalização sobre a economia de Santa Catarina.

- 1. Num primeiro momento a globalização da economia significou um aumento da oferta de alimentos, peças de vestuário e outros bens de consumo duráveis e não duráveis.
- 2. A economia catarinense, por sua diversidade e auto-suficiência, não sentiu os efeitos da globalização.
- 3. O medo do desemprego é um dos efeitos da globalização na economia catarinense.

Assinale a alternativa que identifica as afirmações **corretas**.

- a. () Apenas a afirmação 1 está correta.
- b. () Apenas a afirmação 3 está correta.
- c. () Estão corretas apenas as afirmações 1 e 2.
- d. (X) Estão corretas apenas as afirmações 1 e 3.
- e. () Estão corretas as afirmações 1, 2 e 3.

Controle Externo da Administração Pública

(17 questões)

24. Assinale a alternativa que indica o complemento **correto** para esta questão.

O Tribunal de Contas é um órgão constitucional dotado de autonomia administrativa e financeira. Pelas características da sua atuação não deve ser subordinado aos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário.

Entretanto, a Constituição da República Federativa do Brasil, pela inserção no Capítulo I do Título IV, pode levar a uma interpretação no sentido de haver subordinação administrativa ante o Poder...

- a. (X) Legislativo
- b. () Judiciário
- c. () Executivo
- d. () Moderador
- e. () Conciliador

25. Ao Tribunal de Contas que exerce a fiscalização do Município cabe observar o disposto no art. 31 da Constituição Federal. O parágrafo primeiro estabelece que o controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas. Portanto, o Tribunal ou Conselho de Contas tem reconhecida a sua competência para emitir parecer sobre as contas do Município. Entretanto, o parágrafo segundo aponta a possibilidade de que o parecer prévio, emitido pelo órgão competente, poderá deixar de prevalecer.

Assinale, dentre as alternativas, a única **correta**.

- a. () O parecer prévio deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
- b. (X) O parecer prévio deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
- c. () O parecer prévio deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta da população residente no Município, ouvida em plebiscito coordenado pelo Tribunal Regional Eleitoral.
- d. () O parecer prévio deixará de prevalecer por decisão de dois terços da população residente no Município, ouvida em plebiscito coordenado pelo Tribunal Regional Eleitoral.
- e. () O parecer prévio deixará de prevalecer por decisão da maioria absoluta da população residente que participar e se manifestar em audiência pública especialmente convocada pela Câmara Municipal.

26. Da história de criação do Tribunal de Contas no Brasil consta a participação de Rui Barbosa por ter dado encaminhamento à idéia de institucionalização de um órgão de controle externo.

Assinale a alternativa que descreve **corretamente** dados a respeito do assunto desta questão.

- a. () Na condição de Ministro da Educação, apresentou ao Presidente da República a exposição de motivos para complementar o Projeto de Lei que estabelecia a criação do Tribunal de Contas da União.
- b. () Na condição de Membro da Academia Brasileira de Letras, liderou o abaixo-assinado que inspirou um Decreto-Lei, criando o Tribunal de Contas da União.
- c. () Na condição de Escritor e Poeta, liderou a passeata que tomou o palácio e exigiu a institucionalização do Tribunal de Contas da União.
- d. (X) Na condição de Ministro da Fazenda, editou o Decreto que criou formalmente o Tribunal de Contas da União.
- e. () Na condição de Ministro dos Transportes, apresentou ao Presidente do Congresso Nacional a minuta para o Projeto de Lei que veio a servir como fonte para a criação do Tribunal de Contas da União.

27. O Tribunal de Contas de SC tem um prazo definido, na Lei Complementar 202/2000, para emitir pronunciamento conclusivo sobre matéria que seja submetida a sua apreciação, pela Comissão Mista Permanente de Deputados, nos termos da Constituição Estadual.

Assinale a alternativa a que contém o prazo **correto** para o assunto em referência.

- a. (X) 30 dias
- b. () 40 dias
- c. () 45 dias
- d. () 60 dias
- e. () 90 dias

28. O Tribunal de Contas de SC tem estabelecido, no art. 11 da Lei Complementar 202/2000, dentre outros, os elementos que integrarão a prestação e a tomada de contas.

Assinale a alternativa que indica a resposta **correta** para o enunciado desta questão.

- a. () Relatório de Gestão; Relatório do Procurador de Contas(quando couber); Relatório e Certificado de Auditoria; Pronunciamento do Secretário de Estado ou de Município, supervisor da área, conforme o caso, ou autoridade hierárquica equivalente.
- b. () Relatório de Gestão; Relatório do Auditor de Contas(quando couber); Relatório e Certificado de Auditoria; Pronunciamento do Secretário de Estado ou de Município, supervisor da área, conforme o caso, ou autoridade hierárquica equivalente.
- c. () Relatório de Gestão; Relatório do Distribuidor de Contas(quando couber); Relatório e Certificado de Auditoria; Pronunciamento do Secretário de Estado ou de Município, supervisor da área, conforme o caso, ou autoridade hierárquica equivalente.
- d. () Relatório de Gestão; Relatório do Gestor de Contas(quando couber); Relatório e Certificado de Auditoria; Pronunciamento do Secretário de Estado ou de Município, supervisor da área, conforme o caso, ou autoridade hierárquica equivalente.
- e. (X) Relatório de Gestão; Relatório do Tomador de Contas(quando couber); Relatório e Certificado de Auditoria; Pronunciamento do Secretário de Estado ou de Município, supervisor da área, conforme o caso, ou autoridade hierárquica equivalente.

29. Assinale a alternativa que completa **corretamente** a afirmativa.

Quando comprovado nas contas que estiverem sendo julgadas pelo Tribunal de Contas de SC que há ocorrência de prática de desfalque, desvio de dinheiro, bens ou valores públicos, elas serão...

- a. () julgadas como regulares.
- b. (X) julgadas como irregulares.
- c. () julgadas como regulares com ressalva.
- d. () julgadas como normais e em diligência.
- e. () julgadas como anormais e em diligência.

30. Assinale a alternativa que completa **corretamente** a afirmativa.

Segundo a Lei Complementar 202/2000, quando as contas forem julgadas irregulares, e havendo débito, o Tribunal de Contas de SC condenará o responsável ao pagamento da dívida atualizada monetariamente, acrescida dos juros de mora devidos, podendo, ainda, aplicar-lhe a...

- a. () suspensão sobre o gestor, conforme previsto no art. 68 desta Lei.
- b. () suspensão sobre o contador, conforme previsto no art. 68 desta Lei.
- c. (X) multa prevista no art. 68 desta Lei.
- d. () multa prevista no art. 152 desta Lei.
- e. () sanção prevista no art.152 desta Lei.

31. Assinale a alternativa que completa **corretamente** a afirmativa.

O Tribunal de Contas de SC apreciará, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, do Estado e do Município, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de...

- a. (X) provimento em comissão.
- b. () assessoria no quadro permanente.
- c. () supervisão no quadro permanente.
- d. () comando no quadro permanente.
- e. () acompanhamento no quadro permanente.

32. O Tribunal de Contas de SC, conforme contido no Capítulo III da Lei Complementar 202/2000, estabelece as seguintes formas de comunicação: I) diretamente ao responsável ou interessado na forma do Regimento Interno; II) via postal, mediante carta registrada, com aviso de recebimento, na forma prevista no Regimento Interno; III) pela publicação da decisão no Diário Oficial do Estado, quando o destinatário não for localizado.

Assinale a alternativa que indica as decisões sujeitas, segundo o art. 37 da Lei em referência, a estas formas de comunicação.

- a. () Diligências, citações, consultas e notificações.
- b. (X) Diligências; citações; audiências e notificações.
- c. () Diligências, citações, sentenças e notificações.
- d. () Diligências, citações, certificações e notificações.
- e. () Diligências, citações, pronunciamentos e notificações.

33. De acordo com o art. 71 da Constituição Estadual, o Governador do Estado tem obrigação de enviar, anualmente, prestação de contas para a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Assinale, dentre as alternativas, a única que contém o prazo **correto** para a remessa da referida prestação de contas.

- a. () 30 (trinta) dias após a abertura da sessão legislativa.
- b. () 45 (quarenta e cinco) dias após a abertura da sessão legislativa.
- c. (X) 60 (sessenta) dias após a abertura da sessão legislativa.
- d. () 75 (setenta e cinco) dias após a abertura da sessão legislativa.
- e. () 90 (noventa) dias após a abertura da sessão legislativa.

34. A prestação de contas a ser encaminhada anualmente pelo Prefeito ao Tribunal de Contas do Estado de SC deverá, na forma do art. 51 da Lei Complementar 202/2000, obedecer a que prazo e conteúdo?

Assinale a alternativa que indica a resposta **correta** para esta questão.

- a. () Até 28 de abril do exercício seguinte e se constituirá no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4º. da Constituição Estadual.
- b. () Até 28 de junho do exercício seguinte e se constituirá no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4º. da Constituição Estadual.
- c. () Até 28 de agosto do exercício seguinte e se constituirá no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4º. da Constituição Estadual.
- d. () Até 28 de outubro do exercício seguinte e se constituirá no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4º. da Constituição Estadual.
- e. (X) Até 28 de fevereiro do exercício seguinte e se constituirá no Balanço Geral do Município e no relatório do órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo sobre a execução dos orçamentos de que trata o art. 120, § 4º. da Constituição Estadual.

35. Assinale a alternativa que completa **corretamente** a afirmativa.

A prestação de serviços particulares de consultoria ou assessoria a órgãos e entidades sujeitas à jurisdição do Tribunal de Contas pelo servidor do quadro de pessoal permanente nele lotado é ...

- a. vedada.
- b. admitida, quando o expediente da repartição for menor de 6 h/dia.
- c. permitida, desde que o servidor seja responsável por família numerosa.
- d. admitida, quando o expediente da repartição for menor que 8 h/dia.
- e. permitida, desde que o servidor tenha mais de vinte anos de serviço.

36. Quem exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina?

- a. Tribunal de Justiça.
- b. Ministério Público.
- c. Procuradoria Geral do Estado.
- d. Assembléia Legislativa.
- e. Conselho de Administração Financeira do Estado.

37. Assinale a alternativa que completa **corretamente** a afirmativa.

Compete ao Procurador Geral do Ministério Público, junto ao Tribunal de Contas do Estado, dentre outras atribuições, promover a defesa da ordem jurídica, requerendo as medidas de interesse da Justiça e da...

- a. Livre Iniciativa e do Erário.
- b. Administração e do Erário.
- c. Fiscalização Popular e do Erário.
- d. Vigilância Comunitária e do Erário.
- e. Liberdade do Exercício da Cidadania e do Erário.

38. São prerrogativas do servidor do Tribunal de Contas de SC, na forma do art. 106 da Lei Complementar 202/2000:

- competência para requerer, nos termos do Regimento Interno, aos responsáveis pelos órgãos e entidades objeto de inspeções, auditorias e diligências, as informações e documentos necessários à instrução de processos e relatório de cujo exame esteja expressamente encarregado por sua chefia imediata;
- livre ingresso em órgãos e entidades sujeitas à jurisdição do Tribunal;
- acesso...

Assinale a alternativa que indica o complemento **correto** para esta questão.

- a. à parte dos dados e informações requisitadas pela chefia imediata, desde que necessárias para instruir processos que lhe forem destinados.
- b. apenas a documentos e informações suficientes para os cálculos envolvidos na tomada de contas especiais.
- c. somente aos documentos e dados indicados pela chefia imediata, desde que necessários para completar as análises para manifestação em relatório.
- d. a todos os documentos e informações necessários à realização do seu trabalho.
- e. apenas a documentos e informações ligadas a desvios, fraudes e enriquecimento ilícito já detectados em exame preliminar.

39. O Tribunal de Contas da União, segundo o art. 71 da Constituição Federal de 1988, tem como competência, dentre outras:

- a. () fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais, de cujo capital social a União participe, de forma direta, nos termos do que consta como sendo empresa coligada.
- b. () fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais, de cujo capital social a União participe, de forma direta, nos termos do que consta como sendo empresa controlada.
- c. (X) fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais, de cujo capital social a União participe, de forma direta ou indireta, nos termos do tratado constitutivo.
- d. () fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais, de cujo capital social a União participe, de forma indireta, nos termos do que consta como sendo empresa coligada.
- e. () fiscalizar as contas nacionais das empresas supranacionais, de cujo capital social a União participe, de forma indireta, nos termos do que consta como sendo empresa coligada.

40. O Tribunal de Contas da União, segundo o art. 73 da Constituição Federal de 1988, tem os seus Ministros nomeados dentre brasileiros que satisfaçam, dentre outros, ao requisito de ...

- a. () deter notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e sociais ou de engenharia.
- b. () deter notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e ecológicos ou de filosofia.
- c. () deter notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e culturais ou de sociologia.
- d. () deter notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e demográficos ou de tecnologia da informação.
- e. (X) deter notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública.

Conhecimentos Específicos

(60 questões)

Direito Constitucional

(4 questões)

41. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Constituição da República.

- a. () Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação direta de inconstitucionalidade que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- b. () Qualquer cidadão é parte legítima para propor mandado de segurança que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- c. (X) Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- d. () Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- e. () Qualquer cidadão é parte legítima para propor mandado de injunção que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

42. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Constituição da República.

Compete privativamente à União legislar sobre:

- a. () procedimentos em matéria processual.
- b. (X) diretrizes e bases da educação nacional.
- c. () previdência social, proteção e defesa da saúde.
- d. () assistência jurídica e Defensoria pública.
- e. () proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.

43. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Constituição da República.

- a. () Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Procurador-Geral da República, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- b. () Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Ministro da Justiça, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- c. () Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Presidente da República, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- d. (X) Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Advogado-Geral da União, que defenderá o ato ou texto impugnado.
- e. () Quando o Supremo Tribunal Federal apreciar a inconstitucionalidade, em tese, de norma legal ou ato normativo, citará, previamente, o Presidente do Congresso Nacional, que defenderá o ato ou texto impugnado.

44. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Constituição da República.

- a. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- b. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação facultativa, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- c. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter não contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- d. A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter não contributivo e de filiação facultativa, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- e. A assistência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

Direito Administrativo

(5 questões)

45. Com relação aos órgãos públicos autônomos, é **correto** afirmar:

- a. Possuem personalidade jurídica de direito público.
- b. Possuem personalidade jurídica de direito privado.
- c. Correspondem à descentralização do serviço público.
- d. Correspondem à desconcentração do serviço público.
- e. Não se submetem hierarquicamente à respectiva entidade criadora.

46. Considere os seguintes atributos do ato administrativo:

1. presunção relativa de sua legalidade e validade.
2. força impositiva própria do Poder Público, que obriga o particular ao fiel cumprimento.
3. possibilidade de imediata e direta execução pela própria Administração, independentemente de ordem judicial.

Correlacione tais conceitos, pela ordem, com as suas respectivas definições doutrinárias:

- a. presunção de operatividade; imperatividade e eficiência.
- b. presunção de legitimidade; auto-executoriedade e imperatividade.
- c. presunção de operatividade; eficácia e exequibilidade.
- d. presunção de legitimidade; eficácia plena e executoriedade.
- e. presunção de legitimidade, imperatividade e auto-executoriedade.

47. De acordo com a teoria dos agentes públicos, os leiloeiros públicos são considerados:

- a. agentes políticos.
- b. agentes delegados.
- c. agentes honoríficos.
- d. servidores temporários.
- e. agentes administrativos.

48. O poder de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais em benefício da coletividade ou do próprio Estado, é chamado:

- a. Poder de Polícia.
- b. Poder Disciplinar.
- c. Poder Hierárquico.
- d. Poder Regulamentar.
- e. Poder Discricionário.

49. Os bens públicos, destinados a serviço ou estabelecimento da Administração Pública, são chamados:

- a. Bens Dominiais.
- b. Bens Dominicais.
- c. Bens de Uso Especial.
- d. Bens de Uso Compartilhado.
- e. Bens de Uso Comum do Povo.

Orçamento e Contabilidade Pública

(4 questões)

50. Dentre os balanços estabelecidos no Capítulo IV da Lei Federal 4.320 de 1964, tem-se um cuja finalidade é a de demonstrar a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extra-orçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

O referido tipo de balanço denomina-se:

- a. balanço financeiro.
- b. balanço patrimonial.
- c. balanço orçamentário.
- d. demonstrativo das variações patrimoniais.
- e. demonstrativo das origens e aplicações de recursos.

51. Assinale a alternativa que indica o complemento **correto** para esta questão.

A contabilidade deverá, segundo o que estabelece o art. 90 da Lei Federal 4.320 de 1964, evidenciar em seus registros o montante dos créditos orçamentários vigentes, a despesa empenhada e a realizada, conta dos mesmos créditos, e ...

- a. os restos a pagar.
- b. os créditos adicionais.
- c. as dotações disponíveis.
- d. os débitos de tesouraria.
- e. os depósitos de diversas origens.

52. Num dos anexos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e conforme previsto no art. 53 da Lei Complementar 101/2000, os entes estatais deverão apurar e demonstrar o resultado primário.

Para a composição da **receita primária total** a constar no demonstrativo são expurgadas, dentre as Receitas Primárias Correntes, as seguintes fontes:

- a. dívida ativa.
- b. aplicações financeiras.
- c. transferências correntes.
- d. receitas previdenciárias.
- e. receita de contribuições.

53. Na classificação econômica da despesa orçamentária, segundo a Portaria Interministerial 163 de 2001, tem-se os grupos de natureza de despesa.

Da composição da categoria econômica Despesas Correntes fazem parte os seguintes grupos:

- a. pessoal e encargos sociais; despesas de custeio, e outras despesas correntes.
- b. pessoal e encargos sociais; juros e encargos da dívida; e outras despesas de custeio.
- c. pessoal e encargos sociais; inversões financeiras; e outras despesas correntes.
- d. despesas de custeio; transferências correntes; e outras despesas correntes.
- e. pessoal e encargos sociais; juros e encargos da dívida; e outras despesas correntes.

Estatística

(3 questões)

54. Para um estudo sobre bolsas escolares a serem distribuídas em determinada região realizou-se uma pesquisa com 50 famílias, apurando-se o número de filhos de cada uma delas. Os dados estão representados na tabela abaixo:

Número de Filhos	Número de Famílias
0	14
1	16
2	11
3	7
4	2

Fonte: Pesquisa de campo (dados fictícios)

Assinale a alternativa que representa a média do número de filhos na pesquisa realizada.

- a. () 1,94
 b. () 0,34
 c. () 1,62
 d. () 0,62
 e. (X) 1,34

55. Para ser aprovado em uma disciplina de um curso de graduação, o aluno precisa atingir nota final maior ou igual a 7,0.

A nota final é calculada após a realização de três provas, levando em consideração que a Prova 1 representa quarenta por cento da nota final, a Prova 2, dez por cento da nota final e a Prova 3, cinqüenta por cento da nota final.

Considere que um aluno obteve as seguintes notas:

- Prova 1: 6,5
- Prova 2: 7,0
- Prova 3: 8,2

Que nota final este aluno obteve?

- a. () 7,9
 b. () 7,7
 c. (X) 7,4
 d. () 7,2
 e. () 7,1

56. Na Figura 1 é possível visualizar o resultado de uma pesquisa sobre o tempo despendido pelos funcionários de uma empresa no deslocamento de suas residências até o local de trabalho.

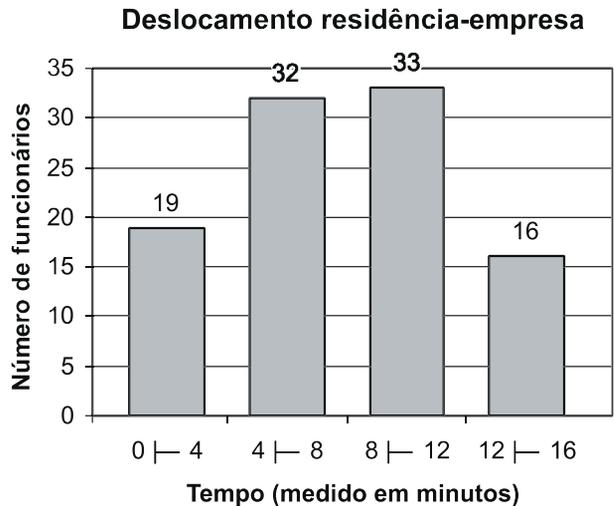


Figura 1 dados fictícios

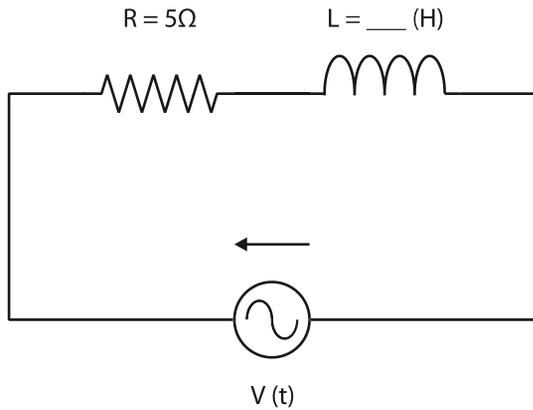
Assinale a alternativa que representa o tempo médio que os funcionários levam para se deslocarem de suas residências até a empresa.

- a. () 9,84 minutos
 b. (X) 7,84 minutos
 c. () 5,84 minutos
 d. () 8 minutos
 e. () 4 minutos

Aspectos da Atividade

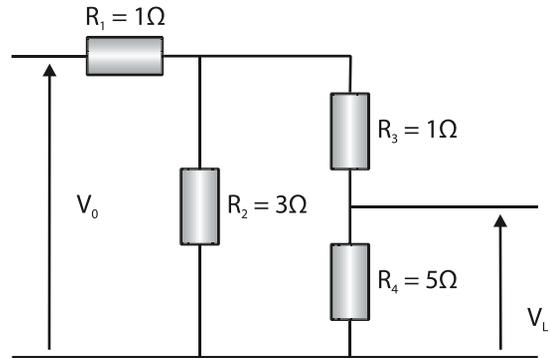
(16 questões)

57. Dado o circuito a seguir, operando em corrente alternada senoidal, com velocidade angular de 1000 rd/s, assinale a alternativa que corresponde ao valor da indutância da bobina para que a defasagem entre a tensão e a corrente esteja 45° atrasada em relação à tensão.



- a. () $L = 5 \text{ H}$
- b. () $L = 7,07 \text{ H}$.
- c. (X) $L = 5 \text{ mH}$.
- d. () $L = 7,07 \text{ mH}$
- e. () $L = 5\Omega$.

58. O circuito a seguir mostra o esquema de alimentação de uma determinada carga.



Assinale a alternativa que indica a função de transferência de tensão V_L/V_0 .

- a. () $V_L/V_0 = 5$.
- b. () $V_L/V_0 = 5/9$.
- c. () $V_L/V_0 = 5/3$.
- d. (X) $V_L/V_0 = 9/5$.
- e. () $V_L/V_0 = 3/5$.

59. Para fazer a medição de potência de uma carga trifásica equilibrada, com impedância de $Z = 10 \angle 60^\circ \Omega$, ligada em estrela e tensão de alimentação 380 volts, foi utilizado o método de dois wattímetros ligados nas fases A e B.

Assinale a alternativa que indica respectivamente a potência indicada nos wattímetros ligados às fases A e B. As potências lidas são:

- a. () $P_{WA} = \text{ZERO}$, $P_{WB} = 7240 \text{ W}$.
- b. () $P_{WA} = 3620 \text{ W}$, $P_{WB} = 3620 \text{ W}$.
- c. () $P_{WA} = 2420 \text{ W}$, $P_{WB} = 2420 \text{ W}$.
- d. () $P_{WA} = 4180 \text{ W}$, $P_{WB} = 3060 \text{ W}$.
- e. (X) $P_{WA} = 7240 \text{ W}$, $P_{WB} = \text{ZERO}$

60. Um transformador de 500 kVA está operando a plena carga com fator de potência 0,6 indutivo. O fator de potência é corrigido para que a potência aparente final seja 400 kVA. Com a redução da potência aparente, haverá redução das perdas por efeito joule nos enrolamentos do transformador.

Assinale a alternativa que indica **corretamente** a redução de perdas nos enrolamentos.

- a. () 20%
- b. (X) 36%
- c. () 40%
- d. () 60%
- e. () 64%

61. Dois transformadores, um de 300 kVA e outro de 75 kVA, são ligados em paralelo para alimentar uma determinada carga. Quando a carga solicita uma potência de 225 kVA, essa potência será compartilhada pelos transformadores.

Assinale a alternativa que indica respectivamente a potência fornecida por cada um dos transformadores.

- a. () 112,5 kVA e 112,5 kVA.
- b. () 150 kVA e 75 kVA.
- c. (X) 180 kVA e 45 kVA.
- d. () 225 kVA e 0 kVA.
- e. () Não é possível associar transformadores de potências diferentes em paralelo.

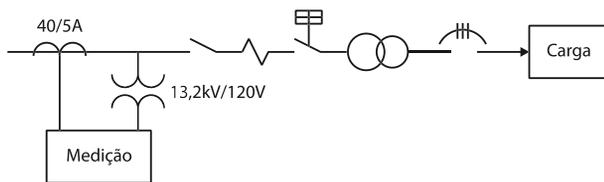
62. Leia com atenção as afirmativas a seguir, que tratam da utilização de capacitores nos sistemas elétricos.

- I. Quando a compensação de energia reativa é feita no quadro geral de distribuição, as correntes dos alimentadores dos equipamentos serão reduzidas.
- II. Quando a compensação de energia reativa é feita individualmente nos equipamentos, pode-se utilizar apenas um dispositivo de acionamento para carga e capacitor.
- III. A compensação de energia reativa, realizada individualmente, melhora o nível geral de tensão do sistema.
- IV. A compensação de energia reativa, através de motor síncrono, é função da corrente de excitação e da carga em seu eixo.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. () Somente as afirmativas I e II estão corretas.
- b. () Somente as afirmativas I e III estão corretas.
- c. () Somente as alternativas I e IV estão corretas.
- d. () Somente as afirmativas I, III e IV estão corretas.
- e. (X) Somente as afirmativas II, III e IV, estão corretas.

63. Dado o diagrama a seguir.



Assinale a alternativa que indica a energia consumida pela carga, se o medidor indica 70 kWh.

- a. () E = 42,0 MWh.
- b. () E = 60,0 MWh.
- c. (X) E = 61,6 MWh.
- d. () E = 66,6 MWh.
- e. () E = 528,0 MWh.

64. Em relação à utilização de dispositivos diferenciais residuais, e aos sistemas de aterramentos que a NBR-5410/2004 estabelece, podemos afirmar que:

- I. Pode ser utilizado o dispositivo diferencial residual em sistemas de aterramento **TN-S**.
- II. Para sistemas de aterramento **TN-C**, o dispositivo diferencial residual pode ser instalado no ponto de fornecimento de energia.
- III. No sistema de aterramento **TT**, não é possível a instalação do dispositivo diferencial residual, porque o aterramento da fonte é separado do aterramento da carga.
- IV. No sistema de aterramento **TN-C-S**, o dispositivo diferencial residual deve ser instalado na parte do circuito em que o neutro e o condutor de proteção estão separados.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. () Somente as alternativas I e II estão corretas.
- b. (X) Somente as alternativas I e IV estão corretas.
- c. () Somente as alternativas II e III estão corretas.
- d. () Somente as alternativas II e IV estão corretas.
- e. () Somente as alternativas III e IV estão corretas.

65. Para se fazer a proteção dos sistemas elétricos, é necessária a colocação de dispositivos tais que, em caso de condições anormais, o sistema esteja protegido. Em relação a essas proteções podemos afirmar que:

- I. Os fusíveis limitadores interrompem o circuito antes da corrente de curto assumir o valor da corrente de curto presumida para o sistema.
- II. Os fusíveis limitadores podem ser utilizados onde os níveis de curto-circuito ultrapassem a capacidade de interrupção do fusível convencional tipo cartucho.
- III. Os fusíveis limitadores de corrente só podem ser utilizados onde os níveis da corrente de curto-circuito são de baixa intensidade.
- IV. O sistema a jusante do fusível é completamente interrompido, mesmo quando ocorre a falta em uma das fases, para evitar danos à cargas trifásicas ligadas ao sistema.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- b. () Somente as alternativas I e III estão corretas.
- c. () Somente as alternativas II e III estão corretas.
- d. () Somente as alternativas II e IV estão corretas.
- e. () Somente as alternativas III e IV estão corretas.

66. Assinale a alternativa que indica os equipamentos que devem ser instalados em uma entrada de energia subterrânea, com transformador no poste da concessionária.

- a. () Chave fusível, pára-raio tipo válvula, cruzeta, disjuntor.
- b. () Chave fusível, pára-raio tipo Franklin, cruzeta, mufla de conexão de cabo.
- c. () Elo fusível, pára-raio tipo válvula, mufla de conexão de cabo.
- d. (X) Chave fusível, pára-raio tipo válvula, cruzeta, mufla de conexão de cabo.
- e. () Chave comutadora, pára-raio tipo válvula, mufla de conexão de cabo.

67. Assinale a alternativa correta.

- a. () O seccionizador só pode ser operado com o sistema sem carga.
- b. () Para fazer a instalação do seccionizador, a curva de carga deve ser compatível com a curva do religador.
- c. () O seccionizador interrompe o circuito individualmente por fase.
- d. () O seccionizador interrompe o circuito para correntes três vezes a corrente nominal do seccionizador .
- e. (X) O seccionizador não interrompe a corrente de defeito, porém conta o número de operações do religador e, após determinado número de operações, o seccionizador abre os contatos.

68. Assinale a alternativa correta.

- a. (X) O fator térmico (FT) do transformador de corrente é a relação entre a corrente máxima permitida no primário em regime permanente e a corrente nominal do transformador de corrente.
- b. () O fator de sobrecorrente (FS) do transformador de corrente é a relação entre a corrente máxima permitida no primário em regime permanente e a corrente nominal do transformador de corrente.
- c. () O fator térmico (FT) do transformador de corrente é a relação entre a corrente máxima de curto-circuito e a corrente nominal do transformador de corrente.
- d. () O fator de sobrecorrente (FS) do transformador de corrente indica o aumento de dissipação de calor que ocorre no transformador de corrente.
- e. () O fator de térmico (FT) do transformador de corrente é definido como o percentual de potência dissipada pelo transformador de corrente, acima da nominal.

69. Uma carga de 6000 watts e fator de potência unitário é alimentada por uma fonte de 220 volts, em uma instalação feita com tubulação embutida em alvenaria, com temperatura ambiente de 35° C e três circuitos agrupados.

Dados para resolução:

Tabela de capacidade de corrente dos condutores

Condutor	2,5 mm ²	4,0 mm ²	6,0 mm ²	10,0 mm ²	16,0 mm ²
Capac. Corrente	24 A	32 A	41 A	57 A	68 A

Tabela de fator de correção de temperatura

Temperatura	20°C	25°C	30°C	35°C	40°C
Fator de correção de temperatura (FCT)	1,12	1,06	1,00	0,94	0,87

Tabela de correção de agrupamento

Núm. de circuitos	1	2	3	4	5
Fator de correção de agrupamento (FCA)	1	0,8	0,7	0,65	0,60

Correntes nominais dos disjuntores (NBR-IEC 60.898)

Cor. nominais	20 A	25 A	32 A	40 A	50 A
---------------	------	------	------	------	------

Assinale a alternativa que indica técnica e economicamente a melhor escolha que corresponde respectivamente à corrente nominal do disjuntor e à área da seção transversal do condutor para alimentar a carga.

- a. () $I_N = 32 \text{ A}$, $S = 4,0 \text{ mm}^2$.
- b. () $I_N = 40 \text{ A}$, $S = 6,0 \text{ mm}^2$.
- c. () $I_N = 32 \text{ A}$, $S = 6,0 \text{ mm}^2$.
- d. () $I_N = 40 \text{ A}$, $S = 10,0 \text{ mm}^2$.
- e. (X) $I_N = 32 \text{ A}$, $S = 10,0 \text{ mm}^2$.

70. A norma de instalações elétricas de baixa tensão, NBR-5410/2004, normaliza a utilização de dispositivo de proteção contra surto de tensão (DPS), nas instalações internas de uma edificação.

- I. O dispositivo de proteção contra surto de tensão é um dispositivo unipolar e deve ser instalado entre a fase e o barramento de terra do quadro de distribuição.
- II. Para instalar a proteção contra surto de tensão em sistemas trifásicos é necessária a utilização de três dispositivos, porque só existe dispositivo unipolar.
- III. Em sistemas trifásicos, só pode ser instalado dispositivo trifásico.
- IV. Os dispositivos de proteção contra surto de tensão são obrigatoriamente dimensionados para uma capacidade de corrente de 15 kA, independente da tensão.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. (X) Somente as alternativas I e II estão corretas.
- b. () Somente as alternativas II e III estão corretas.
- c. () Somente as alternativas II e IV estão corretas.
- d. () Somente as alternativas III e IV estão corretas.
- e. () Somente as alternativas I, II e III estão corretas.

71. As afirmativas a seguir tratam de proteção de redes de distribuição.

- I. Os elos fusíveis instalados com o objetivo de proteger os transformadores de distribuição devem ser dimensionados de forma a não permitir que ocorra sobrecarga nos transformadores de distribuição.
- II. Para fazer a proteção dos ramais da rede de distribuição, a corrente da chave fusível deve ser maior ou igual a 150% da corrente do elo fusível a ser instalado no ponto considerado.
- III. Quanto à coordenação de proteção entre elos fusíveis, o elo fusível protegido deve coordenar com o elo fusível protetor para o maior valor da corrente de curto-circuito no ponto da instalação do elo protetor.
- IV. Não é necessário fazer a coordenação entre o elo fusível protetor e o protegido porque o elo protegido terá sempre menor corrente nominal.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. () Somente a alternativa IV está correta.
- b. (X) Somente as alternativas II e III estão corretas.
- c. () Somente as alternativas II e IV estão corretas.
- d. () Somente as alternativas III e IV estão corretas.
- e. () Somente as alternativas I, II e III estão corretas.

72. Faça a associação entre os termos utilizados e os fatores que devem ser considerados para o dimensionamento de uma rede de distribuição.

1. Relação entre o consumo anual em kWh e a demanda máxima anual.
2. Relação entre a demanda máxima e a carga instalada.
3. Relação entre a somatória de demandas individuais dos consumidores em relação à demanda do grupo.
4. Relação entre a demanda do grupo de consumidores e o número de consumidores.

- Fator de demanda.
 Demanda diversificada.
 Fator de carga.
 Fator de diversidade.

Assinale a alternativa que indica a seqüência **correta** registrada, de cima para baixo.

- a. 1, 2, 3, 4.
- b. 1, 2, 4, 3.
- c. 2, 1, 4, 3.
- d. 2, 4, 1, 3.
- e. 3, 4, 1, 2.

Aspectos Profissionais

(4 questões)

73. Leia o texto abaixo:

Interessar-se pelo _____ e com tal finalidade contribuir com seus conhecimentos, capacidades e experiência para melhor servir a humanidade, é um dos deveres prescritos no Código de Ética Profissional do Engenheiro, do Arquiteto e do Engenheiro Agrônomo.

Assinale a alternativa que completa **corretamente** a lacuna no texto.

- a. bem público
- b. espírito público
- c. justiça profissional
- d. trabalho profissional
- e. progresso profissional

74. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Lei E. nº 6.745/1985.

O aproveitamento do servidor em atribuições diferentes, por prazo certo e sem mudança de cargo, em razão de modificação do estado físico ou das condições de saúde, chama-se:

- a. recondução.
- b. readmissão.
- c. transferência.
- d. redistribuição.
- e. readaptação.

75. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Lei E. nº 6.745/1985.

O direito de pleitear na esfera administrativa prescreve, quanto aos atos de que decorram demissão, aposentadoria ou disponibilidade do servidor:

- a. em 2 (dois) anos.
- b. em 4 (quatro) anos.
- c. em 5 (cinco) anos.
- d. em 8 (oito) anos.
- e. em 10 (dez) anos.

76. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Lei E. nº 6.745/1985.

São infrações disciplinares, puníveis com demissão simples:

- a. Lesar os cofres públicos.
- b. Dilapidar o patrimônio público.
- c. Qualquer ato de manifesta improbidade no exercício da função pública.
- d. Falsificar ou usar documentos que se saiba falsificados.
- e. Ofensa moral contra qualquer pessoa no recinto da repartição.

Finanças Públicas

(3 questões)

77. Dentre as funções que o Estado desempenha para cumprir as suas finalidades, existe uma que é a de cumprir e fazer cumprir as normas próprias dessa ordem, resolvendo os conflitos de interesses.

Essa função denomina-se:

- a. judiciária
- b. legislativa
- c. executiva
- d. regulativa
- e. interventiva

78. O princípio orçamentário que postula o recolhimento de todos os recursos a uma caixa única do Tesouro, sem a discriminação quanto a sua destinação, é denominado:

- a. publicidade.
- b. equilíbrio.
- c. exclusividade.
- d. especificação.
- e. não afetação da receita.

79. Na classificação da despesa pública quanto a natureza, existem as despesas correntes e as despesas de capital. Pela Portaria Interministerial 163, de 2001, este nível da classificação é o mais geral e denomina-se categoria econômica. Há, além da categoria econômica, outros níveis mais específicos de classificação que se denominam:

- a. subcategoria; fonte de recursos; e elemento.
- b. grupo de natureza da despesa; modalidade de aplicação; e elemento.
- c. fonte de recursos; modalidade de aplicação; e elemento.
- d. rubrica; modalidade de aplicação; e elemento.
- e. verba; modalidade de aplicação; e elemento.

Auditoria

(5 questões)

80. De acordo com o conceito de segregação de funções, funcionários que têm acesso a valores em caixa não devem realizar certas funções dentro da empresa, com **exceção** de:

- a. conciliar contas bancárias.
- b. enviar extratos aos clientes ou ter acesso a suas respostas.
- c. registrar ou transcrever as despesas de depreciação, amortização e exaustão.
- d. preparar ou autorizar a preparação de avisos de crédito ou de baixa de contas a receber, como incobráveis, descontos ou devoluções.
- e. escriturar ou revisar as importâncias a serem recebidas de fontes diversas.

81. Para que se possa dar um parecer sem ressalvas, geralmente é necessário observar os seguintes pontos na revisão das demonstrações contábeis de anos anteriores, **exceto**:

- a. se os bens intangíveis foram contabilizados em bases aceitáveis.
- b. se as reservas, provisões e despesas diferidas foram corretamente contabilizadas.
- c. se os princípios contábeis adotados na elaboração das demonstrações contábeis de anos anteriores são adotados e consistentes com os adotados no exercício sob exame.
- d. se os ativos circulantes da entidade são superiores aos passivos circulantes, resultando em um capital circulante líquido positivo.
- e. as avaliações de estoques no fim do exercício foram determinadas em bases consistentes com as do início do exercício.

82. A segregação de funções é um procedimento de controle interno que consiste em:

- a. estabelecer que uma mesma pessoa não pode ser responsável pelas compras a prazo e pelas contas a pagar da empresa.
- b. estabelecer que a mesma pessoa pode ser responsável pelas vendas e pela aprovação dos limites de crédito dos clientes.
- c. proporcionar a emissão de relatório de recomendação de melhorias requeridas.
- d. constatar pontos fracos, ineficiências e determinar possibilidades de melhorias que possam evitar fraudes e conluíus.
- e. determinar a natureza e a extensão dos procedimentos de auditoria.

83. Segundo o Art. 26 da Lei Complementar Nº 202 de 15 de dezembro de 2000, o Tribunal de Contas fiscalizará, na forma prevista em provimento próprio, o cumprimento das normas relativas à gestão fiscal do Estado e dos Municípios, observando, em especial:

- a. atingimento parcial dos objetivos estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- b. medidas não adotadas para o retorno da receita total com pessoal ao limite legal.
- c. origem de recursos recebidos com a alienação de ativos.
- d. cumprimento do limite constitucional de gastos totais dos legislativos estaduais.
- e. providências tomadas pelo ente para recondução dos montantes das dívidas consolidada e mobiliária aos respectivos limites.

84. Analise as afirmações abaixo.

- I. Ao julgar as contas regulares, o Tribunal dará quitação parcial ao responsável.
- II. Julgando as contas regulares com ressalva, o Tribunal dará quitação ao responsável e formulará recomendação à unidade gestora para que adote medidas necessárias à correção das faltas identificadas e previna a ocorrência de outras semelhantes.
- III. As contas serão consideradas ilíquidáveis quando caso fortuito ou força maior, comprovadamente alheios à vontade do responsável, tornar materialmente impossível o julgamento do mérito a que se refere o art. 18 desta Lei.
- IV. O Tribunal ordenará ao respectivo município o trancamento das contas que não forem consideradas ilíquidáveis e o conseqüente arquivamento do processo.

Assinale a alternativa **correta**.

- a. Todas estão corretas.
- b. Apenas a segunda está correta.
- c. Apenas as segunda e terceira estão corretas.
- d. Apenas a segunda e a quarta estão corretas.
- e. Apenas a segunda, terceira e quarta estão corretas.

Responsabilidade Fiscal: Gestão Fiscal e Penalidades

(3 questões)

85. Dentre as penalidades que constam na Lei 10.028 de 19 de outubro de 2000, há uma para o gestor público que *deixar de ordenar, autorizar ou de promover o cancelamento do montante de restos a pagar inscrito em valor superior ao permitido em lei*.

A referida penalidade é:

- a. pena de detenção, de 6 meses a 2 anos.
- b. pena de detenção, de 8 meses a 2 anos.
- c. pena de detenção, de 10 meses a 2 anos.
- d. pena de detenção, de 14 meses a 2 anos.
- e. pena de detenção, de 18 meses a 2 anos.

86. A LRF estabelece em seus artigos 19 e 20 os limites de gastos com pessoal que a esfera de governo estadual deve respeitar. Considerando-se os diversos Poderes, esses limites são:

- a. () 2% (dois por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado; 6% (seis por cento) para o Judiciário; 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo; 3% (três por cento) para o Ministério Público dos Estados.
- b. () 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado; 6% (seis por cento) para o Judiciário; 2% (dois por cento) para o Executivo; 49% (quarenta e nove por cento) para o Ministério Público dos Estados.
- c. (X) 3% (três por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado; 6% (seis por cento) para o Judiciário; 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo; 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados.
- d. () 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado; 3% (três por cento) para o Judiciário; 49% (quarenta e nove por cento) para o Executivo; 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados.
- e. () 49% (quarenta e nove por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Estado; 6% (seis por cento) para o Judiciário; 3% (três por cento) para o Executivo; 2% (dois por cento) para o Ministério Público dos Estados.

87. Num dos anexos exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal e conforme previsto no artigo 27, os entes da Federação devem ter uma postura de forma a não prejudicar a entidade com concessão de empréstimos indevidos.

Consta do art. 27 da LRF:

- a. () Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física ou jurídica que não esteja sob o seu controle acionário, os encargos financeiros, devidamente deduzidos de comissões e ágio do mercado, não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.
- b. (X) Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física ou jurídica que não esteja sob o seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, comissões e despesas congêneres não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.
- c. () Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física ou jurídica que não esteja sob o seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, devidamente acrescidos de preço médio das debêntures, não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.
- d. () Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física ou jurídica que não esteja sob o seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, devidamente acrescidos das partes beneficiárias, não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.
- e. () Na concessão de crédito por ente da Federação a pessoa física ou jurídica que não esteja sob o seu controle direto ou indireto, os encargos financeiros, devidamente acrescidos das bonificações, não serão inferiores aos definidos em lei ou ao custo de captação.

Licitações e Contratos Administrativos (8 questões)

88. Considere os seguintes conceitos de execução indireta de obras ou serviços:

1. contratação com terceiros para execução de obra ou serviço, por preço certo ou total;
2. contratação com terceiros para execução de obra ou serviço, por preço certo e de unidades determinadas;
3. contratação com terceiros de determinado empreendimento, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado, até sua entrega ao contratante, em condições de entrada em operação.

Correlacione tais conceitos, pela ordem, com as suas respectivas definições estabelecidas pela Lei n. 8666/93, em sua redação atual:

- a. () empreitada integral, empreitada por preço certo e empreitada global.
- b. () empreitada global, empreitada unitária e administração gerenciada.
- c. () empreitada integral, empreitada por preço certo e administração gerenciada.
- d. () empreitada por preço global, tarefa e empreitada integral.
- e. (X) empreitada por preço global, empreitada por preço certo e empreitada integral.

89. Considere as seguintes afirmativas:

- I. As obras de engenharia somente poderão ser licitadas quando houver projeto básico e executivo aprovados; previsão orçamentária; autorização específica do Tribunal de Contas e realização de audiência pública prévia.
- II. É necessário incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem.
- III. Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a restauração de obras de arte deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração.
- IV. Além de outros elementos, o impacto ambiental deve ser considerado, na confecção do projeto básico.

Com fundamento na Lei n. 8.666/93, em sua redação atual, estão **corretas**:

- a. () Todas as afirmativas.
- b. () Apenas a afirmativa IV.
- c. () Apenas as afirmativas I e IV.
- d. (X) Apenas as afirmativas III e IV.
- e. () Apenas as afirmativas II, III e IV.

90. Com relação ao sistema de registro de preços, previsto na Lei n. 8.666/93, é **correto** afirmar:

- a. () A seleção será realizada mediante tomada de preços ou pregão.
- b. () Deverá conter a especificação completa do bem a ser adquirido, com indicação de marca.
- c. () Deverá ser regulamentado por lei específica de cada ente público e obrigatoriamente informatizado.
- d. () A validade do registro não poderá ser superior a 3 (três) anos.
- e. (X) Será precedido de ampla pesquisa de mercado e os preços registrados serão publicados trimestralmente, para orientação da Administração, na imprensa oficial.

91. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Lei n. 8.666/93, em sua redação atual.

Na contratação de um profissional para realização de serviço de auditoria financeira, a Administração Pública:

- a. () Poderá contratar diretamente, em face da dispensa de licitação, já que se trata de um serviço técnico-profissional especializado, desde que comprove a natureza singular do serviço e a notória especialização do profissional.
- b. (X) Poderá contratar diretamente, em face da inexigibilidade de licitação, já que se trata de um serviço técnico-profissional especializado, desde que comprove a natureza singular do serviço e a notória especialização do profissional.
- c. () Deverá obrigatoriamente abrir processo licitatório, na modalidade leilão.
- d. () Deverá obrigatoriamente abrir processo licitatório, na modalidade pregão.
- e. () Deverá obrigatoriamente abrir processo licitatório, na modalidade concorrência, tomada de preços ou convite, conforme o valor previsto da futura contratação.

92. Considere as seguintes afirmativas:

- I. Os contratos decorrentes de dispensa ou inexigibilidade de licitação devem atender aos termos do ato que os autorizou e da respectiva proposta.
- II. Os contratos administrativos regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, sendo vedada a aplicação supletiva dos princípios da teoria geral dos contratos.
- III. É vedado contrato administrativo com prazo de vigência indeterminado.
- IV. O contratado tem a obrigação de manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Com fundamento na Lei n. 8.666/93, em sua redação atual, estão **corretas**:

- a. () Todas as afirmativas.
- b. () Apenas as afirmativas I e III.
- c. () Apenas as afirmativas I e IV.
- d. () Apenas as afirmativas III e IV.
- e. (X) Apenas as afirmativas I, III e IV

93. Assinale a alternativa **correta**:

De acordo com a Lei n. 8.666/93, em sua redação atual, a duração dos contratos administrativos de aluguel de equipamentos de informática:

- a. () ficará adstrita à duração dos respectivos créditos orçamentários.
- b. () poderá ter prazo de duração indeterminado.
- c. (X) poderá estender-se pelo prazo de até 48 (quarenta e oito) meses.
- d. () poderá estender-se pelo prazo de até 60 (sessenta) meses.
- e. () poderá estender-se pelo prazo de 60 (sessenta) meses, prorrogável por mais 12 (doze) meses, com vistas à obtenção de condições mais vantajosas para a Administração.

94. Assinale a alternativa **correta**, de acordo com a Lei n. 8666/93, em sua redação atual.

O Poder Judiciário declarou a nulidade de determinado procedimento licitatório. Nessas condições, o contrato administrativo, dele decorrente, deverá:

- a. () Ser revogado pelo Poder Judiciário.
- b. () Ser revogado pela Administração Pública.
- c. () Ser rescindido unilateralmente pela Administração Pública, por razões de interesse público.
- d. (X) Ser anulado pela Administração Pública ou pelo Poder Judiciário, mas há obrigação de indenizar o contratado pelo que este houver executado até esta data e por outros prejuízos regularmente comprovados, contanto que não lhe seja imputável.
- e. () Ser anulado pelo Poder Judiciário, tão-somente, sem o pagamento de indenização ao contratado.

95. Constituem motivo para a rescisão unilateral do contrato administrativo pela Administração Pública, de acordo com a Lei n. 8666/93:

- a. (X) O descumprimento do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, isto é, a não observância da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.
- b. () A ocorrência de fato do príncipe, isto é, a alteração ou extinção de tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados.
- c. () O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração.
- d. () A suspensão da execução do contrato administrativo, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias.
- e. () A subcontratação total, ainda que admitida no edital e no contrato.

Cálculo

(5 questões)

96. A função

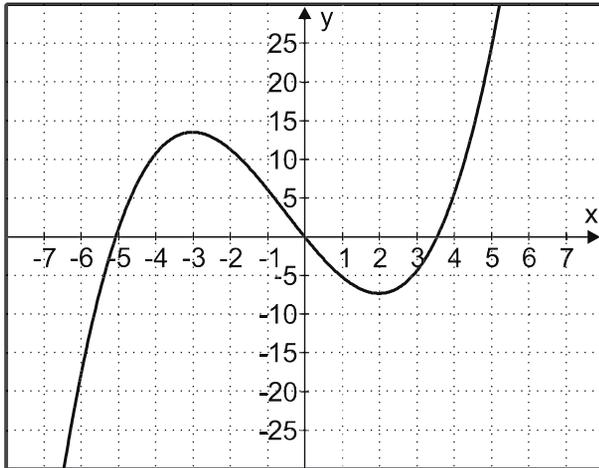
$$f(x) = -\frac{2}{3}x^2 + 15x^2 - 108x + \frac{851}{3}$$

no intervalo $5 \leq x \leq 11$ foi usada para modelar a audiência, em percentuais, de um programa de TV entre 5 horas da tarde e 11 horas da noite, em uma comunidade rural.

Assinale a alternativa **correta** relacionada com o modelo apresentado.

- a. () A audiência máxima foi de 45%, exatamente às 9 horas da noite.
- b. () A audiência mínima aconteceu exatamente às 5 horas da tarde.
- c. () A audiência mínima foi de 20%, às 11 horas da noite.
- d. (X) A audiência máxima aconteceu exatamente às 9 horas da noite.
- e. () A audiência ficou estável no período considerado, em torno de 15,33%.

97. Observe a função $y = f(x)$ representada graficamente abaixo.



Examine as afirmações abaixo, sabendo que a derivada da função $f(x)$ é dada pela função

$$g(x) = (x - 2)(x + 3).$$

I. O gráfico apresenta a função

$$f(x) = \frac{x^3}{3} + \frac{x^2}{2} - 6x.$$

II. A função $y = f(x)$ apresenta crescimento nos intervalos $(-\infty, 3)$ e $(2, +\infty)$.

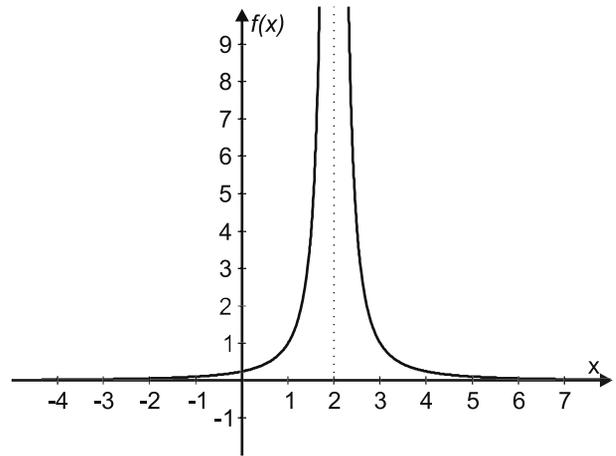
III. A $\int_1^2 f(x)dx = \int_2^3 f(x)dx$ representa a área sob a curva entre $x = 1$ e $x = 3$.

IV. A função $y = f(x)$ é do terceiro grau e tem 3 raízes, sendo que uma delas é o zero.

Assinale a alternativa que apresenta as afirmações **corretas**.

- a. () Estão corretas as afirmativas II e III.
- b. (X) Estão corretas as afirmativas I, II e IV.
- c. () Estão corretas as afirmativas I, II e III.
- d. () Estão corretas as afirmativas II, III e IV.
- e. () Estão corretas as afirmativas I, II, III e IV.

98. A função $y = f(x)$ possui a seguinte representação gráfica:



A partir da análise do gráfico da função $y = f(x)$, assinale a alternativa correta:

- a. (X) $y = f(x)$ é sempre positiva.
- b. () $y = f(x)$ possui um zero em $x = 2$.
- c. () O domínio da função $y = f(x)$ é o conjunto dos números reais.
- d. () O conjunto imagem é dado pelos números reais.
- e. () $y = f(x)$ é uma função par pois possui simetria em seu gráfico.

99. Em uma indústria são fabricados componentes computacionais, aproximadamente $q(t) = t^2 + 30t$ unidades durante as t primeiras horas de trabalho, e o custo total de fabricação de q unidades é $C(q) = 0,1q^2 + 10q + 20$ reais.

Qual é a taxa de variação do custo total de fabricação em relação ao tempo, após 2 horas do início da produção?

- a. () R\$ 700,20 por hora.
- b. () R\$ 6845,00 por hora.
- c. (X) R\$ 775,20 por hora.
- d. () R\$ 64,00 por hora.
- e. () R\$ 765,20 por hora.

100. O comprimento de arco de uma curva (s) pode ser calculado pela fórmula

$$s = \int_a^b \sqrt{1 + [f'(x)]^2} dx$$

sendo $y = f(x)$ a equação da curva.

Calcule o comprimento de arco de $y = 4 - 7x$ do ponto $a = -2$ até o ponto $b = 1$.

- a. () $2\sqrt{50}$ unidades de comprimento.
- b. () $\sqrt{50}$ unidades de comprimento.
- c. () $3\sqrt{48}$ unidades de comprimento.
- d. () $3\sqrt{2}$ unidades de comprimento.
- e. (X) $15\sqrt{2}$ unidades de comprimento.

Tabela de Derivadas

Nesta tabela u e v são funções deriváveis de x e c e m são constantes.

$$y = c \Rightarrow y' = 0$$

$$y = c \cdot u \Rightarrow y' = c \cdot u'$$

$$y = u + v \Rightarrow y' = u' + v'$$

$$y = u \cdot v \Rightarrow y' = u \cdot v' + v \cdot u'$$

$$y = \frac{u}{v} \Rightarrow y' = \frac{v \cdot u' - uv'}{v^2}$$

$$y = u^m, (m \neq 0) \Rightarrow y' = m \cdot u^{m-1} \cdot u'$$

Tabela de Integrais

Nesta tabela, m é uma constante diferente de -1

$$\int du = u + C$$

$$\int \frac{du}{u} = \ln|u| + C$$

$$\int u^m du = \frac{u^{m+1}}{m+1} + C$$

Nas referências feitas à legislação, constantes em algumas das questões, adotou-se as seguintes abreviações:

- A Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, é tratada como Lei nº 4.320/64.
- A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, é tratada como Lei Complementar nº 101/00 ou simplesmente como Lei de Responsabilidade Fiscal.
- O Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina será abreviado pelas siglas “TCE/SC” ou “TCE” e pode ser nomeado apenas como “Tribunal de Contas” ou “Tribunal”.

Lista de siglas.

- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)
- LOA (Lei Orçamentária Anual)
- LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias)
- PPA (Plano Plurianual)
- CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária)
- STN (Secretaria do Tesouro Nacional)
- PIS (Programa de Integração Social)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social)
- CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas)
- MF (Ministério da Fazenda)
- MPOG (Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão)
- SOF (Secretaria de Orçamento e Finanças)
- IRPJ (Imposto de Renda Pessoa Jurídica)



Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina

Rua Bulcão Vianna, 90 • Centro

Florianópolis • SC • 88.020-160

Fone: (48) 3221-3781 • <http://www.tce.sc.gov.br/>



FEPese • Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos

Campus Universitário • 88040-900 • UFSC • Florianópolis • SC

Fone/Fax: (48) 3233-0737

<http://www.fepese.ufsc.br>